



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2025 a 30/04/2025

Assunto: “Coronavírus” or “COVID”

Documento 1/6

39.2025	Sessão Ordinária - CD	01/04/2025-15:56
Publ.: DCD - 4/2/2025 -	Delegado da Cunha-PP -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM
		DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou apoio aos mais de 100 mil motoboys entregadores que paralisaram suas atividades em São Paulo (SP) entre 31 de março e 1º de abril. Destacou o papel essencial da categoria durante a pandemia, especialmente na entrega de remédios e alimentos, e cobrou respeito, dignidade e valorização desses trabalhadores. Além disso, criticou a ausência de garantias mínimas, como o valor fixo por entrega e seguro de vida, além do estigma gerado por criminosos que se disfarçam como entregadores.

O SR. DELEGADO DA CUNHA (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, venho a esta Casa representar mais de 100 mil motobóis entregadores que, entre os dias 31 de março e 1º de abril, paralisaram suas atividades em São Paulo.

Eu venho representá-los pelo seguinte: durante a pandemia, eles arriscaram a vida entregando remédios e alimentos em nossas casas. Não estou aqui como Parlamentar para entrar na relação trabalhista deles com a empresa, mas, sim, para defender a dignidade, o mínimo.

O entregador não sabe qual é o valor mínimo que vai ganhar em cada viagem, em cada corrida que faz. Ele não tem um seguro de vida. Hoje muitas pessoas os estigmatizam por conta de criminosos que se fantasiam de motobóis para praticar crimes.

Então, eu peço respeito, dignidade e valorização dos motobóis do Brasil, que nos salvaram num dos momentos mais difíceis. Parabéns a essa categoria!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/6

41.2025	Sessão Ordinária - CD	02/04/2025-20:44
---------	-----------------------	------------------



Sumário

A Deputada criticou discursos em defesa de Jair Bolsonaro feitos por colegas Parlamentares, rebateu a ideia de que o ex-Presidente estaria sendo injustamente perseguido. Disse que o próprio negacionismo em relação à vacina durante a pandemia da Covid-19 já seria motivo suficiente para responsabilizá-lo judicialmente, classificando tal conduta como "crime de lesa-pátria". Repudiou o pedido de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), que visavam um golpe de Estado com depredação de prédios públicos. Disse que a anistia solicitada agora é completamente diferente da que ocorreu em 1964, a qual envolvia vítimas da ditadura e não golpistas. Encerrando, afirmou que a Câmara deveria se concentrar em legislar para o povo, discutir projetos e o orçamento, em vez de tentar salvar Bolsonaro politicamente.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Bloco/PT - SP. Sem revisão da oradora.) - Boa noite ao público que nos acompanha pela TV Câmara. Boa noite, Deputados e Deputadas.

Eu fico indignada com alguns discursos feitos desta tribuna por Deputados que alegam que o Sr. Jair Messias Bolsonaro não tem culpa no cartório. Aliás, eu sempre digo que só o fato de ele ter trabalhado para que a Covid-19 não fosse aplacada pela atuação ágil e necessária das vacinas — por conta disso, muitas famílias morreram —, isso já seria um crime de lesa-pátria. Só por isso, senhoras e senhores, ele já deveria ter sido preso.

Nós ouvimos Deputados dizerem que ele não fez nada, que está sendo perseguido e que não merecem ser punidos mulheres e homens que vieram a Brasília depredar o patrimônio público, inclusive esta Casa legislativa, em uma caminhada que pretendia um golpe de Estado.

Ditadura já houve neste Brasil. Infelizmente, quando este fato aconteceu, muitas pessoas foram presas e torturadas, morreram sem ter tido direito a justiça. Elas simplesmente estavam lutando para um Brasil que, naquele momento, já estava com muitos problemas, um Brasil em que faltava política pública, um Brasil pensado por coronéis na ditadura militar. A anistia de 1964 nada tem a ver com o que está sendo pedido agora. Agora nós temos a caminhada desacelerada para um golpe de Estado.

Eu acho que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas poderiam pensar num Brasil onde nós temos que pensar em projetos de lei e no orçamento. Precisamos avançar. É isso que a classe trabalhadora, é isso que o povo brasileiro espera desta Casa.



Querem obstruir para salvar uma única pessoa, que é Bolsonaro?! O que está sendo dito aqui não diz respeito às pessoas que estão presas. Se ele não estivesse no banco dos réus, esta Casa jamais estaria fazendo a defesa que esses senhores da extrema direita têm feito neste sentido.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 3/6

53.2025 Sessão Ordinária - CD 22/04/2025-13:55

Publ.: DCD - 4/23/2025 - Laura Carneiro-PSD -RJ

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO

DISCURSO

Sumário

A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 4.124, de 2024, de sua autoria, que garante atendimento prioritário a gestantes e lactantes durante epidemias. Informou que o PL, em análise na Comissão de Saúde, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar o acesso preferencial a vacinas, medicamentos e insumos de proteção, sempre conforme os protocolos sanitários. Argumentou, também, que a medida reforça os direitos fundamentais de crianças e famílias, e teria sido crucial em crises como a pandemia de covid-19 e a epidemia de zika.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

A Sra. LAURA CARNEIRO (PSD-RJ) pronuncia o seguinte discurso:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, aproveitando o ensejo do mês de março, dedicado a reflexões sobre matérias voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, quero chamar a atenção dos parlamentares desta Casa para um projeto de lei de minha autoria que tem o objetivo de oferecer proteção a gestantes e lactantes durante epidemias.

O PL nº 4.124/2024 está em análise na Comissão de Saúde e se propõe a incluir um dispositivo no Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar às brasileiras, durante a gestação e a amamentação, atendimento prioritário no recebimento de insumos de qualquer natureza para a proteção



contra epidemias ou agravos inusitados à saúde.

Queremos, com essa proposição, fortalecer um dos instrumentos legais mais importantes na proteção dos direitos fundamentais das crianças e das suas famílias. Positivando a prerrogativa das gestantes e lactantes na obtenção prioritária de vacinas, medicamentos e outros insumos em situações como a de uma epidemia, estamos conferindo aos bebês – cidadãos vulneráveis – a possibilidade de se desenvolverem com saúde e sob os cuidados de suas mães.

Em ocorrências como as que vivemos na pandemia de covid-19 ou na epidemia de zika, a existência da lei que estamos propondo teria impactado a gestão das medidas de proteção sanitária, fazendo com que a assistência necessária chegasse mais rápido a inúmeras cidadãs.

Em emergências futuras, as gestantes e lactantes ficam, assim, incluídas no rol de pessoas que deverão ser assistidas com primazia, sem a necessidade de apresentarmos pedidos e cobranças com esse propósito aos responsáveis pelas políticas de saúde.

Obviamente, o atendimento prioritário proposto deve ser em conformidade com os protocolos e recomendações das autoridades de saúde. A distribuição de vacinas a gestantes será feita somente quando o produto for considerado seguro para as mães e os bebês.

É importante, Senhor Presidente, que esta Casa se mantenha atenta às reivindicações e necessidades levantadas pelas mulheres. Nossa luta pelo reconhecimento de direitos, por igualdade e proteção se ampara na compreensão que a sociedade brasileira tem em relação a justiça e cidadania.

O projeto de lei que ora destaco se alinha perfeitamente com essa causa.

Conto, portanto, com a colaboração dos meus pares, das lideranças partidárias e dessa Presidência para que a tramitação do PL nº 4.124/2024 seja célere, a fim de oferecermos mais segurança e amparo àquelas que carregam no ventre e nos braços os cidadãos do futuro.

Muito obrigada.



Documento 4/6

61.2025 Sessão Ordinária - CD 28/04/2025-19:36

Publ.: DCD - 4/29/2025 - Capitão Alden-PL -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado repercutiu investigações da Polícia Federal sobre supostos desvios de recursos públicos destinados à compra de respiradores durante a pandemia da Covid-19, no âmbito do Consórcio Nordeste. Citou reportagem do UOL que aponta o uso de verbas para gastos pessoais, como carros e faturas de cartão de crédito. Também reivindicou ter sido o primeiro Parlamentar a denunciar o caso ainda como Deputado Estadual, com representações contra o então Governador da Bahia, Rui Costa. Ademais, acusou a gestão do Consórcio de desviar R\$ 264 milhões e responsabilizou os envolvidos por mortes que teriam ocorrido devido à falta de respiradores. Finalizou defendendo o trabalho da Polícia Federal nas apurações.

O SR. CAPITÃO ALDEN (Bloco/PL - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornais de grande circulação deste País noticiam, desde ontem, operações da Polícia Federal.

A seguinte matéria foi publicada no UOL: "*Polícia Federal rastreia verba para respiradores da Covid-19 e acha até compra de carros*". Não foi apenas compra de carros, são também indícios da utilização de dinheiro público para o pagamento de gastos particulares, além de faturas de cartão de crédito.

O mais impressionante é que toda a Esquerda, especialmente na Bahia, me chamava de louco. Dizia que nenhuma das denúncias que eu havia feito enquanto eu era Deputado Estadual na Assembleia Legislativa... Sim, eu fui o primeiro Parlamentar do Brasil a denunciar o escândalo do Consórcio Nordeste. Está aqui a prova: eu encaminhei três informações ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, por meio das quais eu denunciei, à época, o então Governador Rui Costa, Presidente do Consórcio Nordeste, que havia estabelecido contratos com a Hampcare, com a Ocean 26 e a Pulsar Development. Não foram apenas 49 milhões da Hampcare. No total, 264 milhões de reais foram pagos pelo povo nordestino para a compra de respiradores que até hoje não chegaram. Os recursos nem ao menos foram devolvidos.

Ainda chamavam Jair Messias Bolsonaro de genocida, mas quem são os



verdadeiros genocidas agora? Rui Costa, juntamente com seu consórcio, simplesmente desviou 264 milhões de reais. Não se trata apenas de uma questão de dinheiro público, não. Quantos milhares de pessoas não morreram nas filas das unidades básicas de saúde, nos hospitais baianos e nordestinos, sem poderem usar esses respiradores?! Quantos milhares de pessoas poderiam ter sido salvos, mas não foram por causa da falta de respiradores?!

O mais escandaloso não foi apenas o dinheiro, que não retornou! Centenas de milhões em propinas foram pagas a servidores do Estado ligados a Rui Costa. Foi propina para todo mundo, e até hoje os recursos não foram devolvidos.

Que bom que a Polícia Federal continua no encalço do ex-Governador Rui Costa, que, à época, era Presidente do Consórcio Nordeste; de Carlos Gabas e de Bruno Dauster, porque eles precisam prestar contas dos 264 milhões que foram desviados do povo nordestino, o que resultou no assassinato de milhares de pessoas que não tiveram acesso aos respiradores!

Viva a Polícia Federal!

Que ela continue pesquisando e investigando esses criminosos!

Muito obrigado.

Documento 5/6

62.2025	Sessão Ordinária - CD	29/04/2025-11:24
Publ.: DCD - 4/30/2025 -	Eli Borges-PL -TO	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater a relevância dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias para a sociedade brasileira. Destacou a força da mobilização dos agentes, reconhecendo a importância e o papel essencial dessas categorias durante a pandemia da Covid-19. Ressaltou o compromisso com a valorização desses profissionais e fez um apelo direto ao Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, para que desapense o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 229, de 2023. Também defendeu que o respeito e os direitos desses trabalhadores devem ser garantidos por meio da união dos Parlamentares e do compromisso do Congresso Nacional. Por fim, reiterou seu apoio e disposição para seguir na luta ao lado das categorias.

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO) - Presidente, eu quero registrar a força da mobilização presente neste plenário, deixando claro que os agentes de saúde



e de combate às endemias são uma categoria da maior importância no torrão brasileiro. A força desse povo foi extremamente importante, sobretudo, na época da Covid. Com doação e sob o risco de morte, mesmo que calculado, eles estiveram à disposição para servir ao próximo.

Eu não vou entrar em debate de Presidente A ou B. Eu vou entrar em outro debate e fazer um chamamento ao Presidente Hugo Motta para que ele desapense o Projeto de Lei nº 229, de 2023.

(Palmas.)

Entendo que é neste fórum, é nesta Casa, é neste lugar, com a união de forças de todos os Deputados e de todos os partidos, que nós vamos fazer acontecer o respeito e o apoio à categoria dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de combate às endemias, que são extremamente importantes para a saúde dos brasileiros. Mesmo quando correm risco de morte, fazem as suas ações.

Eu quero dizer aos senhores que têm o meu apoio e que estou na luta para desapensar o PL 229/2023.

Que Deus ajude o Brasil!

Os senhores têm o meu respeito e têm a minha disposição de abraçá-los nesta batalha.

Muito obrigado.

Documento 6/6

63.2025

Sessão Ordinária - CD

29/04/2025-17:12

Publ.: DCD - 4/30/2025 - General Girão-PL -RN

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado relatou ter passado quase três semanas internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Rio Grande do Norte, após contrair uma infecção bacteriana, e agradeceu à equipe do Hospital Rio Grande pelo atendimento recebido, destacando também a presença do ex-Presidente Jair Bolsonaro na mesma unidade de saúde. Ademais, criticou a lentidão do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal diante da ausência de responsabilização do Consórcio Nordeste pela compra frustrada de respiradores durante a pandemia do coronavírus. Além disso, ressaltou que o Governo Bolsonaro adquiriu todas as vacinas e repassou os recursos aos Estados e Municípios, e acusou os Governadores da Esquerda de desviarem esses recursos. Por fim, condenou o pagamento antecipado de quase R\$ 50 milhões à empresa HempCare e cobrou



investigações eficazes e punição aos envolvidos.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, todas as pessoas que nos assistem, eu tenho uma satisfação muito grande de dizer que, depois de quase 3 semanas na UTI, lá no Rio Grande do Norte, após contrair uma infecção bacteriana que poderia afetar o nosso coração, em função de termos uma válvula que não é original de fábrica, a equipe médica do Hospital Rio Grande — todos, sem exceção, o pessoal da saúde, desde o porteiro até o mais graduado médico da direção do hospital — me tratou como se eu fosse realmente um paciente prioritário.

Acabou que Deus ainda levou o nosso Presidente Bolsonaro para lá, no dia em que chegou ao Rio Grande do Norte para cumprir uma agenda, e ele ficou hospitalizado no mesmo hospital em que eu estava, quase no mesmo andar.

Então, parabenizo mais uma vez toda a equipe do Hospital Rio Grande pelo trabalho excepcional que fiz e agradeço a Deus. Sabemos que Deus é quem guia a mão e o cérebro do pessoal da saúde para poder identificar e tratar a doença.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra para tratar também de outro assunto e gostaria de pedir que meu pronunciamento fosse repercutido no programa *A Voz do Brasil*.

É lamentável o que nós estamos vivendo no nosso País com a rapidez da Justiça. Vejam só: em 2020, no começo da pandemia da Covid-19, a Oposição a toda hora ficava gritando que Bolsonaro era assassino, que Bolsonaro não queria isso, que Bolsonaro não queria vacina, que Bolsonaro não queria máscara. Naquela oportunidade, Bolsonaro assumiu a responsabilidade e, assim que a vacina saiu, mandou comprar todas as vacinas. Todas as vacinas foram compradas e entregues pelo Governo Bolsonaro aos Estados, para distribuírem para os Municípios. Isso foi negado. Os Estados se apropriaram disso.

O segundo aspecto: Bolsonaro determinou que os recursos fossem liberados diretamente para os Estados e Municípios que estavam combatendo a pandemia. Isso aconteceu. Aí os Governadores da Esquerda, infelizmente, resolveram criar uma excrescência. O nome poderia ser pior, mas eu vou respeitar as pessoas que estão aqui presentes e as que nos assistem. O nome poderia ser pior, mas criaram uma excrescência, ou algo pior, chamada Consórcio Nordeste. Ainda se apropriaram do nome da nossa região tão cara, tão carinhosa e tão maravilhosa, cantada em verso e prosa por várias pessoas, inclusive pelo nosso grande Gonzagão. Criaram o Consórcio Nordeste, que só serviu para quê? Inicialmente para viagens. Os Governadores se reuniram com uma trupe enorme e fizeram viagens para a Europa, para a China, para o raio que o parta, e não trouxeram nada, só gastaram dinheiro.

Segunda coisa do Consórcio Nordeste: receberam quase 50 milhões do



Governo Bolsonaro para a compra de respiradores.

Meus amigos, minhas amigas, não se tratava de Direita ou Esquerda, mas de salvar vidas. Esta realmente era uma ação para salvar vidas. Infelizmente, o Consórcio Nordeste, sem aval de ninguém, pagando antecipadamente, colocou aqueles 50 milhões numa empresa chamada HempCare, uma empresa especializada em maconha... Respiradores de maconha.

E aí eu pergunto a vocês: foi investigado? Não, não investigaram. E, agora, 5 anos depois... É brincadeira. É brincadeira a investigação da Federal. É brincadeira a investigação do Ministério da Justiça. É brincadeira o Ministério Público Federal não ter cobrado isso em 2020. Ficaram calados e quietinhos. Agora, estão investigando.

Eu espero que metam a mão nessa cumbuca e sigam até o fim, porque só tem ladrão.
